

# O SERVIÇO SOCIAL FRENTE AO NEOLIBERALISMO

## *MUDANÇAS NA SUA BASE DE SUSTENTAÇÃO FUNCIONAL- OCUPACIONAL\**

*Carlos Eduardo Montaña \*\**

O presente trabalho tem por objetivo contribuir ao debate crítico do que estamos denominando a *base de sustentação funcional-ocupacional do Serviço Social* e a possibilidade de sua (auto)definição no atual contexto da profissão.

Nele se analisa a já referida base de sustentação no marco da gênese do Serviço Social e se aportam certos elementos do contexto atual (globalização, neoliberalismo, mudanças no mundo do trabalho) para a caracterização de suas variações na realidade presente. Finalmente, se procede à algumas sinalizações prospectivas sobre o devir imediato da profissão.

### **1. A base de sustentação funcional-ocupacional do Serviço Social**

A análise do contexto sócio-político e econômico no qual se desenvolve a emergência do Serviço Social nos obriga a considerar a gênese de nossa profissão não como uma derivação de anteriores formas de caridade e filantropia, mais técnica, organizada e sistemática que suas “protoformas” – senão como o resultado de um processo histórico, vinculado a um certo momento do desenvolvimento das lutas de classes.

1.1.- Efetivamente, a consideração de um Serviço Social, como uma etapa profissionalizada da caridade – tese sustentada por Kruse, Ander-Egg, Kisnerman, Ottoni Vieira, Boris A. Lima, dentre outros<sup>1</sup> – nos levaria a pensar no surgimento de uma profissão apenas como o resultado da ação de indivíduos (Mary Richmond, Gordon Hamilton, e outros) que procuraram tornar mais eficiente a ação que vem sendo desenvolvida, desde o passado, por outros indivíduos (Vicente de Paula, Tomás de Aquino etc.). Aqui, a coerência desta análise leva a considerar, como o faz Ottoni Vieira, qualquer

---

\* Tradução de *Yolanda Guerra*

\*\* Doutor em Serviço Social e Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Conferencista e Professor Visitante em diversos países latino-americanos. Autor dos livros: *A Natureza do Serviço Social* (Cortez, 2007), *Microempresa na era da globalização* (Cortez, 1999) e *Terceiro Setor e questão social* (Cortez, 2002). É Coordenador da Biblioteca Latino-americana de Serviço Social (Cortez). Foi membro da Direção Executiva da ALAEITS (Associação Latino-Americana de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2006-2009) e atualmente é Coordenador Nacional de Relações Internacionais da ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2008-2010). Bolsista CAPES para estudos de pós-doutoramento no Instituto Superior Miguel Torga (Coimbra, Portugal) em 2009-2010.

1. Uma compilação crítica sobre a maneira de pensar a gênese do Serviço Social encontra-se em Montaña, 2007.

forma de ajuda como antecedente profissional e como processo que derivou no desenvolvimento do Serviço Social.

Neste âmbito, a discussão não considera o contexto no qual se desenvolve esta profissão como explicativo de sua gênese, apenas, na melhor das hipóteses, se situa historicamente este fenômeno sem que ele redunde numa análise exógena, estrutural, do surgimento do Serviço Social. Não se analisa as lutas das classes fundamentais como substrato no qual se elaboram projetos de sociedade antagônicos, vinculando nossa profissão, tal como tantas outras<sup>2</sup>, ao predomínio hegemônico de uma delas, a alta burguesia. Não se analisa o Estado como instrumento do referido projeto de classe, senão apenas o concebe como o campo privilegiado de emprego destes profissionais. Em definitivo, esta maneira de interpretar a gênese do Serviço Social (como profissionalização da filantropia) contém – apesar de heterogêneo no que se refere a seus interlocutores<sup>3</sup> – uma perspectiva particularista, endógena ou intrínseca e a-histórica: o Serviço Social como profissão se estuda a partir de si mesmo (a esse respeito, ver Montaña, 2007).

1.2- Contrariamente, desde uma perspectiva histórica, a gênese do Serviço Social se entende -da mesma forma em que se deve compreender para qualquer profissão – como o resultado de um processo sócio-histórico, condensado nas lutas que travam as classes fundamentais, vinculado à fase monopolista do capitalismo.

Nessa maneira de compreender o surgimento do Serviço Social – desenvolvida por Yamamoto, Netto, Faleiros, Manrique, Martinelli<sup>4</sup> – são os atores sociais e instituições: classe burguesa, Estado, classe trabalhadora, sindicato, Igreja etc., e não certos indivíduos (tal como na perspectiva anterior), os que se fazem presentes no quadro histórico que configura e marca a gênese deste ator social: o assistente social. Aqui, o contexto emoldurado pelas lutas de classes em torno de projetos de sociedade antagônicos, na etapa monopolista do capitalismo, se apresenta como o marco explícito do surgimento do Serviço Social.

Efetivamente, a fração de classe hegemônica, na virada do capitalismo concorrencial para sua fase monopolista, precisa dotar de legitimidade o sistema sócio-econômico e político que a sustenta. Desta forma, diante do aumento de conflitividade – real ou potencial -, produto do desemprego, das precárias condições de trabalho, da queda do salário real e frente ao aumento da organização popular, especialmente sindical, a hegemonia burguesa *amplia o Estado* (ver Coutinho, 1987), retirando a exclusividade das lutas de classes da órbita econômica e da sociedade civil e levando-a também à esfera

---

2. Ver o estudo de Lukács (1968) sobre o surgimento da sociologia e as ciências sociais particulares na sua obra “O assalto à razão”, ver também a análise que Foucault (1979) faz do nascimento da medicina em “Microfísica do Poder”.

3. Não se pode comparar a perspectiva teórico-metodológica revolucionária de Boris Alexis Lima com o ecletismo teórico, a rigidez metodológica e o relativo conservadorismo político de Ezequiel Ander-Egg, por exemplo. No entanto, no que se refere a consideração da emergência do Serviço Social, ambos navegam no mesmo barco.

4. Autores, em sua maioria, de origem brasileira.

política e estatal. Assim, a *lógica vinculante* que representa a participação democrática<sup>5</sup> deveria *institucionalizar as disputas* políticas e econômicas, reduzindo o fator crítico e revolucionário das lutas de classes. Neste marco democrático se desenvolvem lutas em torno da ampliação dos direitos civis (liberdades individuais), políticos (participação democrática) e sociais (legislação trabalhista, maior participação na distribuição dos bens produzidos) (a esse respeito ver Marshall, 1967).

Dentro deste contexto de conflitos institucionalizados é que surgem as *políticas sociais* como instrumentos de legitimação e consolidação hegemônica que, contraditoriamente, são permeadas por conquistas da classe trabalhadora.

Efetivamente, estas políticas sociais se constituem em instrumentos privilegiados de redução de conflitos, já que contêm *conquistas* populares, sendo que estas são vistas como *concessões* do Estado. Tudo indica que a preservação destas políticas sociais e a incorporação dos sujeitos a elas é um resultado de uma espécie de acordo, de um “pacto social”: o Estado concede estes benefícios a população carente em troca de que esta última aceite a legitimidade do primeiro.

Aparece assim, a *função social ou assistencial* das políticas sociais: a prestação de serviços sociais e assistenciais – educação e saúde públicas, complementos salariais, serviços comunitários etc. – e sua decorrente *função política*: a legitimação do Estado, a diminuição e institucionalização das manifestações dos conflitos sociais.

Essas políticas sociais desenvolvem uma importante *função econômica*: confirmando a “desresponsabilização” do capitalista na reprodução da força de trabalho que contrata, as políticas sociais permitem a redução salarial, na medida em que o trabalhador não tem como único recurso para satisfazer suas necessidades vitais o salário que recebe por seu trabalho, senão que agora conta também com os serviços sociais e assistenciais que oferece o Estado. Nesse processo, o que seria de responsabilidade única do capitalista na reprodução da força de trabalho, é transferido para o Estado e socializado por este, na medida em que obtém os recursos para as políticas sociais através dos impostos que recaí entre a população. Com isto, a acumulação de capital se consolida e aumenta, de modo que os custos do capital variável (força de trabalho) são reduzidos para o capitalista. (Sobre as funções das políticas sociais ver Pastorini, *in* Montañó, 2007).

Mas, estas políticas sociais não são desenhadas a partir de uma perspectiva de totalidade da sociedade, a qual entenderia a realidade social como histórica e estrutural. Pelo contrário, a racionalidade burguesa, fundamentalmente depois dos sucessos de 1848, incorpora uma visão recortada, pulverizada da realidade. Aqui surgem as ciências sociais particulares ( a este respeito, ver Lukács, *in*: Netto, 1992b); aqui se deseconomiza e se despolitiza a esfera social; se deseconomiza a política e se despolitizam as relações econômicas, como se a sociedade pudesse ser entendida a partir de “recortes” da realidade

---

5. Num regime democrático, a participação social, eleitoral, etc., faz com que os membros da sociedade aceitem as decisões estatais como legítimas, inclusive, apesar de contrariar seus interesses. As regras do jogo democrático referem a que todos os membros tem o direito (ou a obrigação) de participar com seu voto nas decisões e que, portanto, esta última, adotada pela maioria, deve ser respeitada pela/s minoria/s, as quais devem submeter-se a tal veredicto.

(sobre a racionalidade burguesa e o Serviço Social ver Guerra, 1995). Desta forma, com esta perspectiva segmentada da realidade, as políticas sociais se constituem em instrumentos focalizados em cada uma das “questões sociais” fragmentadas, transformando-se em respostas pontuais (ver Netto, 1992: Cap. I).

Assim, para o desenvolvimento destas políticas sociais fragmentadas, dois atores são necessário: por um lado, um profissional que as planifique e as desenhe (a partir dos conhecimentos teóricos e das orientações políticas de outros atores); por outro, um profissional que se encarregue da implementação de tais instrumentos estatais.

Desta forma, o Serviço Social surge, dentro desta segunda perspectiva, como aquela profissão cuja *função social* remete à *execução terminal das políticas sociais segmentadas* (ver, sobre este aspecto, Iamamoto in: Iamamoto e Carvalho, 1991; Netto, 1992; Montaño e Pastorini, 1995). Aparece, então, como um ator subalterno e com uma prática basicamente instrumental. Seu campo privilegiado de trabalho é o Estado (subordinado, ademais dos cientistas, a uma lógica político-burocrática) e a sua base de atuação é conformada pelas políticas sociais.

Aqui recai, pois, a *base de sustentação funcional-ocupacional do Serviço Social*: um profissional que surge dentro de um projeto político, no marco das lutas de classes desenvolvidas no contexto do capitalismo monopolista clássico, cujo meio fundamental de emprego se encontra na órbita do Estado, este último contratando-o para desempenhar a função de participar na fase final da operacionalização das políticas sociais. Ali radica sua funcionalidade e, portanto, sua legitimidade (uma substantiva análise sobre a “instrumentalidade do Serviço Social” se encontra em Guerra, 1995).

## **2. Alterações no contexto sócio-econômico e político frente ao projeto neoliberal**

Algumas questões contextuais devem ser minimamente analisadas para que se possa considerar a situação atual do Serviço Social frente ao neoliberalismo e sua perspectiva de futuro. Questões que tem a ver com alterações no âmbito da inserção ocupacional do assistente social: *o Estado*, donde emana sua legitimidade funcional (ver Montaño, 2007: 2.2. do cap. I), pontualizações referidas às transformações do *mundo do trabalho*, afetando não apenas a situação dos sujeitos com os quais se vincula profissionalmente, as classes que vivem do trabalho (ver Antunes, 1995), senão também gerando importantes mudanças em sua condição de trabalhador assalariado, finalmente, questões relacionadas com as substantivas variações macro-estruturais, tanto políticas quanto econômicas e sociais, conhecidas sob a denominação de *globalização*.

Questões estas que afetam substantivamente a *base de sustentação funcional-ocupacional do Serviço Social* que devem ser consideradas para poder determinar a magnitude de suas conseqüências sobre a realidade ocupacional do assistente social, a funcionalidade e a legitimidade da profissão.

Estes aspectos serão tratados separadamente somente para efeitos analíticos, na verdade eles expressam manifestações diversas de um mesmo processo: o desenvolvimento do capitalismo, em sua fase monopolista atual (tardia, consolidada e madura).

## 2.1- Mudanças no mundo do trabalho

Primeiramente, devemos assinalar que o projeto neoliberal, – cujos antecedentes teóricos datam dos escritos de Hayek, em 1944 (*O caminho da servidão*) e que começa a ter impacto político com a “experiência” chilena de 1973, até alcançar nos anos 80 a quase totalidade do mundo ocidental -, representa a resposta do capitalismo ocidental a uma rede de fatores econômicos e políticos a nível mundial.

Efetivamente, as transformações ocorridas no mundo do trabalho não são alheias aos fundamentos da proposta neoliberal, nem a seus impactos políticos. Estas alterações- na organização da produção, no gerenciamento da indústria, nas relações contratuais de trabalho, na comercialização – tem como fundamento a reestruturação produtiva (particularmente, o modelo de produção japonês, concebido inicialmente por Ohno, na indústria automobiliz Toyota).

Diversos fatores conjunturais da economia japonesa nos anos 50-60 (que aqui excede nossos objetivos) constituem o marco no qual se desenvolve o chamado “*toyotismo*”. A empresa japonesa enfrentava crises financeiras num país com um reduzido e heterogêneo mercado e sem capacidade de exportação. Devia reduzir-se, pois, os custos de produção de forma diferente ao usualmente feito dentro do modelo taylorista/fordista; assim, surge a *necessidade de recortes no pessoal ocupado e na infraestrutura industrial*.

- Esta redução da força de trabalho é possível, em primeiro lugar, pelo *desenvolvimento tecnológico*. Este último alcança um nível de sofisticação tal que deriva no fenômeno conhecido como *automação* da produção, ou seja, o acirramento da substituição da mão de obra pela máquina automática, pelo robô, estes “conduzidos” por uma forma de “inteligência” não humana: o computador. É com este último avanço da tecnologia que se alcança o ponto mais alto da “desumanização” da produção. Se desde a Revolução Industrial a máquina suplanta e substitui o homem, este nunca pode ser totalmente eliminado do processo produtivo dada a necessidade de comando humano sobre a máquina. Esta, sem a manipulação do homem, nada podia fazer. A informática veio ocupar, através do comando pré-programado de atividades- desenvolvido nos *software* -, este papel. Com este panorama, não somente o trabalhador manual resulta supérfluo, senão muitos cargos gerenciais, de inspeção, de engenharia industrial, administrativos, resultam prescindíveis.

As conseqüências do *desemprego estrutural* que derivam deste fato são verdadeiramente estremecedoras.

- Por outro lado, a redução do pessoal do “chão de fábrica” deve ser buscada sem que isto afete o volume de comercialização de empresa, o que redundaria na perda do lucro para o capitalista. Muito pelo contrário, o volume de comercialização deve manter-se e até crescer. A forma de reduzir pessoal e infraestrutura sem afetar a comercialização se

constitui, na proposta de Ohno, na mais significativa *alteração das relação trabalhistas*. Se no capitalismo desenvolvido, para o modelo fordista a base contratual é a relação de “assalariamento”, agora o vínculo tende a ser a de “*subcontratação*”

Efetivamente, as indústrias incorporam o modelo da “fábrica mínima”: pouco pessoal de “chão de fábrica”, poucos capatazes, inspetores e hierarquias intermediárias, redução do pessoal administrativo e de serviços, prédios menos dispendiosos, diminuição do investimento em máquinas etc. Desta maneira, em primeiro lugar, os *funcionários são contratados por serviços prestados*, por trabalho à demanda e não por sua participação em uma jornada completa independentemente da flutuação da demanda do mercado ou da safra<sup>6</sup>, cria-se assim a “empresa unipessoal” ligada a empresa matriz, a que, na verdade, realiza as mesmas funções que o antigo funcionário assalariado (geralmente se trata da mesma “pessoa física” apesar de diferente “pessoa jurídica”) porém com maior carga de trabalho, para obter o equivalente de seu salário e direitos anteriores<sup>7</sup>. Em segundo lugar, a empresa matriz pode reduzir capital variável e constante sem diminuir sua produtividade e comercialização *subcontratando empresas produtivas*, desta forma já não é necessário produzir dentro da indústria, senão que se pode comprar a produção de outras empresas, assim o que a empresa matriz compra não é a força de trabalho, muito cara (dado os direitos trabalhistas) e conflitivas (dada a organização sindical), senão o produto do trabalho, as mercadorias prontas e em bom estado, elaboradas por empresas subcontratadas. Com estas novas características a empresa matriz evita grandes investimentos, diminui custos e adequa sua produção (em quantidade e qualidade) às variações do mercado (sobre isto ver Montaña, 1995).

- Por último, e em função do que se dissemos anteriormente, o contrato de trabalho deve ser – tal como surge do modelo japonês e como é incorporado pelos apologistas do neoliberalismo – modificado. Este não deveria ser tão rígido, senão que seria preciso “*flexibilizar o contrato de trabalho*”. A rigidez deste contrato – com seus direitos trabalhistas, com seus “altos custos para o capitalista”, com seus sindicatos fortes – só traria, segundo os neoliberais, conseqüências negativas a ambas as “partes” da relação: *para o capitalista* geraria um elevado investimento, um risco imensurável para seu capital, altos custos de produção (por “elevados” salários, direitos trabalhistas etc.), em definitivo, perda de lucros e até, talvez, uma crise financeira que poderia levar a empresa a uma quebra; *para o trabalhador*, esta rigidez derivaria em elevações do desemprego<sup>8</sup>. Assim, deveriam criar-se postos de trabalho com baixos salários de base incrementados pelas compensações, prêmios, comissões etc., com isenção ou renúncia de benefícios trabalhistas, com precariedade com relação à permanência no cargo, ou seja, que reflitam relações contratuais flexíveis, de tal modo que implique em redução dos custos de produção da força de trabalho ao capitalista e na maleabilidade da quantidade de trabalho pago em funções das variações da demanda de mercado.

---

6. O que permite à empresa diminuir a “porosidade” do trabalho, os tempos perdidos e a pagar somente o que precisa e quando precisa.

7. Os benefícios obtidos pelos direitos trabalhistas (Lei de 8 horas, Salário por férias, Indenização por dimensão etc.).

8. Entre as teses mais difundidas pelos neoliberais, como explicação do elevado desemprego (na verdade, derivação direta da automação da produção e das receitas neoliberais) figura a idéia de que este é conseqüência da rigidez do contrato de trabalho.

- Todos estes elementos derivam não só no já referido aumento sem precedentes do *desemprego estrutural*, mas também na perda do nível de *poder político-sindical*, em dimensões inéditas do capitalismo.

## 2.2.- A Globalização, ou “mundialização do capital”

As alterações na organização da produção e comercialização desenvolvidas em torno da indústria japonesa (e repercutindo em todos os chamados “Tigres Asiáticos”) determinaram um lugar privilegiado da economia desta região no processo de mundialização ou globalização da economia.

Efetivamente, custos mais baixos e flexibilidade nos contratos de trabalho e na produção (derivados da subcontratação) determinam uma melhor adaptação ao heterogêneo e variante mercado global: a empresa matriz pode responder as demandas diversas em quantidade e qualidade dos mercados nos diversos países.

- Neste sentido, a relação de subcontratação de empresas permite algo inédito na história da produção: *a globalização da produção*. Assim, hoje se pode produzir (e de fato assim se faz) uma mercadoria montando peças produzidas em vários países, através da subcontratação de empresas no estrangeiro. Este fenômeno permite a empresa matriz subcontratar as empresas que produzem melhor e mais barato não só a nível nacional, senão no mundo inteiro. Desta maneira, um produto determinado pode ser confeccionado a partir de subprodutos (peças), cada um deles procedentes de um país diferente em função das vantagens que, para cada peça, ofereçam esses países.

Desta forma, as empresas asiáticas ingressam a uma concorrência de mercado mundial em melhores condições: melhores preços, produtos adequados às particularidades de cada mercado e com melhores níveis de produtividade.

Assim, para adequar-se às vantagens de competitividade que supõe a subcontratação e organização da produção japonesa, e incorporá-las aos padrões de produção ocidental, o neoliberalismo propõe desenvolver uma versão própria desta forma de produção, conhecida como “*terceirização*” ou “*partner ship*”.

- Por outro lado, o processo de *globalização política*, produzido paralelamente à mundialização da economia, deriva na *perda da autonomia e do poder político dos Estados nacionais*. A presença, no cenário político mundial, de organizações transnacionais (OEA, ONU, Gatt, Nafta etc.) de instituições financeira (FMI, BM) e de empresas multinacionais, muitas delas com um PIB ou movimentos financeiros maiores que a maioria dos Estados nacionais minimiza o impacto das decisões destes últimos, não só nos temas que afetam o globo ou a certas regiões, senão em questões de interesse apenas para uma determinada nação.

Mas esse fenômeno não se apresenta de forma homogênea para todos os países, o poder político de um governo como o dos Estados Unidos continua sendo de grande impacto (nacional e mundial), tanto no *boicote* político-econômico que realiza a Cuba (impedindo suas empresas de exportar à esta ilha) quanto nas barreiras que impôs na

importação de veículos de origem japonesa. Evidentemente, este não é o peso político que sustenta os governos dos países de terceiro mundo. Na realidade, a perda de autonomia dos Estados Nacionais é uma realidade muito mais relevante para os países periféricos.

Neles os fundamentos democráticos perdem espaço e legitimidade, as decisões emanadas de processos democráticos nacionais são subordinadas às decisões unilaterais tomadas por organismos transnacionais<sup>9</sup>. Com este panorama, a participação popular, o controle do povo sobre os organismos e autoridades estatais, a disputa política nacional, as decisões tomadas pelos representantes do povo, perdem conteúdo e relevância, estas nações sucumbem aos “caprichos” de instituições como o FMI; a OPEP etc.

Esta perda real da legitimidade democrática permite ao neoliberalismo, herdeiro de uma tradição antidemocrática<sup>10</sup>, opor-se a tal sistema de governo, contrapondo, como o faz Hayek, a liberdade à justiça social. Aqui, esta última, obtida através da ação e intervenção do Estado, estaria atentando contra o valor supremo: a liberdade.

### 2.3- A contra-reforma do Estado

Com um sistema político e econômico “globalizado”, como foi descrito anteriormente, com Estados nacionais e seus sistemas de governos democráticos cujas autonomias são minimizados, particularmente na sua esfera da proteção social, com relações econômicas que não precisam ser controladas por um organismo central e sem a necessidade de incentivos e complementos salariais para reverter a tendência ao subconsumo, a existência de um Estado de bem-estar social se torna não apenas supérflua e desnecessária, como também negativa aos olhos dos neoliberais. Cria-se, no dizer de Netto, um “Estado mínimo para o social e máximo para o capital”, aonde, conforme Wacquant (2002), a redução do “Estado Social” se acompanha da ampliação do “Estado Penal”.

Assim a proposta de *contra-reforma do Estado* deita raízes desde um ponto de vista econômico quanto político. Por um lado, o Estado não deve, para os neoliberais, intervir na “liberdade” econômica, no livre jogo do mercado; por outro, a igualdade e justiça sociais se convertem, para os partidários das fórmulas neoliberais, nos verdadeiros adversários de tal “liberdade”.

- A contra-reforma do Estado significa, então, para as teses neoliberais, primeiramente o *ataque frontal aos fundamentos democráticos* das decisões nacionais, a partir da intervenção, não democrática<sup>11</sup>, de organismos transnacionais nas questões de um país.

- Por outro lado, a contra-reforma do Estado significa a não participação deste no “livre” jogo econômico do mercado (nem intervindo nas relações trabalhistas, nem

---

9. Claro exemplo dele são as negociações sobre a dívida externa que, individualmente, realizam os Estados Nacionais com o FMI e seus impactos sobre a política econômica desses países.

10. Recordemos que a corrente Liberal surge com uma enérgica resistência aos valores democráticos (sobre isto ver, Bobbio, 1993).

11. A conotação do “não democrático” para nada manifesta, neste caso, uma valorização ideológica; ela, pelo contrário, expressa a ausência de debate e confronto de interesses.

controlando os preços dos produtos, nem regulando os salários, nem estabelecendo barreiras alfandegárias para importações etc.). Esta *não intervenção estatal nos assuntos econômicos* se fundamenta na já anunciada perda de autonomia estatal e diminuição da legitimidade democrática, mas ela deriva, entre outras coisas, em um aspecto substancial e de enorme relevância em nossas sociedades, a saber:

- A *privatização de empresas estatais*, a qual significa um aspecto específico da não intervenção estatal: o Estado não deve participar, para os neoliberais na atividade econômica com empresas públicas e, menos ainda, em alguns ramos essenciais da produção e de serviços, detendo o monopólio de certas atividades (telefonia, energia elétrica, combustíveis, segurança pública etc.). Aqui a proposta é passar às mãos privadas o que era de propriedade pública. O Estado, segundo surge das receitas neoliberais, não precisaria (nem deveria) investir tanto em atividades econômicas, o que leva a uma diminuição da arrecadação dada a redução da atividade econômica de empresas públicas, agora privatizadas, caindo, em definitivo, o montante dos recursos estatais (não gasta mas tampouco não ganha).

Novamente vemos como esta receita varia segundo se trate de economias de centro ou de periferia. É o caso da recente venda da empresa estatal de energia elétrica do Brasil (*Light*) “privatizada” e comprada maioritariamente por uma empresa estatal francesa.

- Mas, como apontamos anteriormente, uma das conseqüências das privatizações de empresas estatais é a queda da arrecadação do Estado por vias não impositivas. Se a isto agregamos a tão mentada reforma tributária – donde se reduzem os impostos diretos (permanece basicamente a carga sobre o salário), aumentando proporcionalmente a tributação indireta (fundamentalmente dirigida ao consumo) – chegamos a que o Estado não arrecada recursos minimamente suficientes como para manter seus gastos. É nesse sentido que se propõe a *redução do gasto público* e particularmente, a *diminuição dos recursos destinados às políticas sociais*.

Efetivamente, a aparente “inviabilidade financeira” dos Estados nacionais que o neoliberalismo pretende denunciar, leva a que este se dedique apenas as atividades essenciais para garantir a “liberdade” do mercado: segurança pública (as vezes convertida no “regime de segurança nacional), defesa de fronteiras, repressão sindical.

As áreas sociais, neste caso, devem ser passadas também na esfera da sociedade civil (devem ser privatizadas) e/ou reduzidos seus recursos

### **3. A crise na base de sustentação funcional-ocupacional do Serviço Social**

Temos visto como a partir das inovações dos modelos de produção japonês, tem se produzido significativas alterações nas relações trabalhistas na organização da produção, na automação do trabalho, no interior das indústrias ocidentais. Estas alterações (adaptações ocidentais de métodos e processos japoneses) significam respostas a situação de vantagem competitiva da produção/comercialização dos países do Tigre Asiático frente ao conhecido fenômeno da globalização. Assim, a “*terceirização*” de áreas da produção, administração e

serviços, a “*flexibilização*” do contrato de trabalho (com perda do salário de base e dos direitos trabalhistas), o aumento do *desemprego estrutural* a partir da substituição de mão de obra por maquinarias, derivado da “*automação*” e do desenvolvimento da tecnologia, tudo isso produz enormes alterações nas condições de trabalho, na qualidade de vida, na facilidade/dificuldade de encontrar emprego para as pessoas que constituem a heterogênea classe trabalhadora, a “classe que vive do trabalho” (ver Antunes, 1995).

Vimos também como a resposta neoliberal a esta realidade ( as vantagens produtivas e comerciais do Tigre Asiático frente à globalização) se traduz não só nas alterações na esfera produtiva, senão também, e fundamentalmente, na orientação, dimensão e funções do Estado. É assim que contamos com a *minimização estatal, a privatização de empresas públicas, a não intervenção do Estado* nos aspectos econômicos que devem desenvolver-se no “livre” jogo do mercado, a *redução do gasto público*, esta última especialmente centrada na diminuição dos recursos destinado a área social: políticas sociais e assistenciais.

3.1- Desta maneira, podemos formular nossa primeira hipótese de trabalho, através da qual estudaremos a situação de uma especial categoria profissional, o Serviço Social, frente a esta realidade fortemente permeada pelas receitas neoliberais.

1ª hipótese: Se, primeiramente, no atual contexto, podemos verificar transformações substantivas no mundo do trabalho (a tecnologia, a organização e as relações de produção) de forma tal que afetam a realidade (material e espiritual) da “classe que vive do trabalho”, ou seja, dos *beneficiários centrais* das políticas sociais, se, em segundo lugar, constatamos enormes transformações nas orientações dos Estados nacionais (os quais passam de uma perspectiva de “bem estar social” a uma orientação neoliberal), ou seja, no *organismo prestador de serviços*, e se, finalmente, as políticas sociais conformam *mediações* entre Estado (beneficiante) e classes trabalhadoras (beneficiários) e que se comportam como instrumentos do primeiro, então podemos afirmar que, conseqüentemente, *as políticas sociais, no atual contexto neoliberal, global e produtivo, são substantivamente alteradas em suas orientações e em sua funcionalidade.*

- É assim que, em primeiro lugar, a *orientação das políticas sociais* é alterada de forma significativa. Por um lado elas são *privatizadas*, retiradas paulatinamente da órbita do Estado (passam ao âmbito da sociedade civil – Igreja, ONGs, Instituições de Apoio, Organizações de vizinhos etc.)<sup>12</sup>; por sua vez essas políticas sociais são *focalizadas* (contra o princípio universalista, elas se destinam hoje, apenas a uma população carente de

---

12. Se realiza uma separação entre esferas econômica, social e política. A primeira é des-politizada enquanto a esfera social é des-economizada e des-politizada e finalmente a órbita política é des-economizada. Desta maneira esta “economia” (quase assimilada à contabilidade) deve estabelecer-se apenas no mercado, único que garante (segundo as teses neoliberais) a “liberdade” dos indivíduos; por outro lado, este tipo de “política” (entendida apenas como as relações estabelecidas e institucionalizadas nas regras do jogo democrático-representativo) deve desenvolver-se no marco do Estado e com a participação da população representada pelos partidos políticos; e finalmente, o “social” (entendido como as relações interpessoais e intersubjetivas estabelecidas no marco da vida cotidiana) deve desenvolver-se na fração da esfera da sociedade civil não mercantilizada: Igrejas, famílias, organizações de vizinhança, ONGs., escolas, etc.

determinado serviço pontual – o que redundaria, como veremos a seguir, numa baixa de qualidade do mesmo para essas pessoas que dependem do apoio estatal), e, finalmente, elas são também *desconcentradas* (o que implica apenas numa descentralização executiva, mantendo uma centralização normativa e administrativa e uma excessiva centralização econômica) (sobre o tratamento das políticas sociais no neoliberalismo, ver Pastorini, 1995: 189-256, também pode ser consultado Laurell (org.), 1995 e VV. AA., 1995).

- Em segundo lugar, os serviços sociais, a assistência estatal, as subvenções de produtos e serviços de uso popular, os complementos salariais etc., se vêem fortemente *reduzidos em quantidade, qualidade e variabilidade*. Se o Estado está (como pretendem nos fazer crer os neoliberais) “quebrado”, “falido”, desfinanciado e – produto das privatizações – sem possibilidade de obter recursos de outras vias que não as obrigações tributárias (fundamentalmente dirigidas ao consumo), então, este Estado não poderá (nem deverá, segundo a estirpe neoliberal) destinar importante volume de financiamento às políticas sociais e serviços assistenciais. Apenas desviará poucos recursos para cobrir alguns serviços não prestados por instituições não governamentais ou privadas, ou destinados (focalizados) a quem não tem condições de contratá-los privadamente. Assim, estes “*serviços estatais para pobres*” se transformam em “*pobres serviços estatais*”. Aqueles que tiverem condições de contratá-los na órbita privada terão bons serviços, quem não puder fazê-lo e, então, tenha que recorrer a uma prestação de serviços estatais, receberá um tratamento de má qualidade, despersonalizado.

- Finalmente, podemos verificar um terceiro fator que expressa significativas alterações na *funcionalidade*<sup>13</sup> (sobre este aspecto ver Pastorini, 1995:244-256).

Por um lado, como foi expresso nos parágrafos anteriores, a *função social e assistencial* das políticas sociais tem sido significativamente alterada, dada a variação de suas orientações, o que redundaria em detrimento da qualidade, quantidade e variedade de políticas sociais, agora oferecidas focalizadamente a grupos pontualmente carentes.

Por outro lado se verificam, dentro deste contexto, profundas alterações na significação e peso específicos da *função política* destes instrumentos estatais. Esta função referia basicamente, no marco dos Estados de bem estar, à legitimação do sistema político e econômico mediante a minimização e institucionalização dos conflitos potenciais ou reais. Agora, dada a hegemonia neoliberal, como afirma Pastorini, “tanto a regra democrática quanto as políticas sociais vão perdendo peso em relação ao mercado. (...) a democracia, como elemento legitimador, vai perdendo protagonismo por diferentes motivos. Por um lado, essa perda surge da crescente globalização tanto política quanto econômica que faz com que cada vez mais os diferentes Estados nacionais percam autonomia e liberdade. (...) Por outro lado, o mercado vai ganhando dia a dia espaços da democracia (...)” (Pastorini, 1995: 250-251)<sup>14</sup>.

13. Nos referimos à significação, à extensão, e não ao fundamento da funcionalidade, a qual permanece relativamente invariado.

14. Para Kenneth Arrow, um liberal, “há dois mecanismos principais para realizar eleições sociais: *a votação e o mercado*”. Segundo Alford e Friedland, “esta distinção conceitual é quintaessencialmente pluralista, não somente pela divisão da sociedade em esferas política e econômica separadas, senão também por causa da

Mas também a *função econômica* das políticas sociais é alterada significativamente. Se estas operam, segundo já foi assinalado, como socializadoras dos custos de reprodução da força de trabalho, retirando a responsabilidade absoluta do capitalista e assumindo o Estado parte dela, hoje esta função, na medida em que as políticas sociais são focalizadas à populações pontualmente carenciadas, se vê reduzida em sua amplitude e abarcabilidade. Estas, ao não alcançar a totalidade da população – senão pelo contrário, excluindo de sua órbita a população que pode auto-sustentar-se, tanto como aquela que apresenta carências em todas as suas necessidades e que resultaria muito dispendiosa e desnecessária integrá-la ao sistema – relativizam o peso desta funções, agora é fundamentalmente o próprio trabalhador quem tem o encargo de reproduzir-se como força de trabalho<sup>15</sup>.

3.2- No marco desta realidade para as políticas sociais, definiremos nossa segunda hipótese, com o fim de caracterizar a atual base de sustentação funcional-ocupacional do Serviço Social.

2ª hipótese: Se as políticas sociais se constituem em fator de sustentação funcional-ocupacional dos assistentes sociais (sua funcionalidade, sua instrumentalidade, sua legitimidade) e se estas se foram significativamente alteradas no atual contexto sócio-econômico e político (suas orientações e funcionalidade) podemos, pois, afirmar que *a base de sustentação funcional-ocupacional do Serviço Social tem sofrido (ou ainda está sofrendo) transformações relevantes.*

- Desta maneira, as alterações nas orientações e funcionalidade das políticas sociais corroem a base de sustentação funcional-ocupacional da profissão do assistente social. Se este profissional tem a função social (que o legitima funcionalmente ante o organismo que o contrata, o Estado, e o legitima popularmente frente à população beneficiária<sup>16</sup>), de intervir na fase terminal das políticas sociais (hoje com relativa participação no desenho e avaliação daquelas, assim como intervindo também fora da órbita do Estado, em ONGs, em empresas etc. – apesar de que a maior parte ainda atue como se fazia tradicionalmente, ou seja, no âmbito do Estado e vinculados à execução destas políticas sociais) e se estas foram redefinidas e reduzidas (em sua quantidade, qualidade e variedade), então este profissional não será tão requisitado quanto antes, dada a redução de seu campo de intervenção<sup>17</sup>, dado o redimensionamento das suas funções.

---

equiparação da votação e mercado como recursos para a agregação das preferências” (in Alford e Friedland, 1991: 72-73).

15. Consolidando, assim, o processo de desresponsabilização do capitalista por reproduzir a força de trabalho: primeiro, totalmente de atribuição do capitalista; logo, com o *Welfare State*, dividindo com o Estado (e através dele, toda a sociedade) esta responsabilidade; agora, nas mãos do próprio trabalhador.

16. Sobre isto ver Montaña, 2007: 2.2 do Cap. 1.

17. Serra propõe, como que seguindo Palma (1985) (que entende a administração de serviços como a base material da ação educativa do assistente social), a idéia de uma “crise de materialidade” do Serviço Social (ver Serra, 1987). Entendemos que a complexidade desta “crise” nos obriga a pensar nas repercussões à nível da *legitimação* da profissão, de sua *funcionalidade* e *significação social*, de sua *situação ocupacional*, etc., superando a mera “materialidade”. A nosso ver, esta “crise de materialidade” não deriva numa “hipertrofia da função sócio-educativa”; esta última também está em crise no meio da real crise na “base de sustentação funcional-ocupacional”.

Vale dizer, se o assistente social surge como um profissional necessário para implementar um instrumento estatal (as políticas sociais) considerado fundamental a uma determinada estratégia, promovida pelos setores hegemônicos, de legitimação do sistema e de aumento da acumulação do capital e se estas perdem paulatinamente a importância que tinham, dadas as variações atuais na estratégia daquelas classes hegemônicas, então estes profissionais poderão ir passando a ser cada vez mais prescindíveis, menos necessários. Seu campo de trabalho na esfera estatal vai se reduzindo. Assim, as alterações nas políticas sociais dentro do contexto neoliberal não somente são prejudiciais as classes populares, beneficiárias de tais mecanismos, como também repercutem negativamente no *(des)emprego do assistente social*.

No entanto, esta afirmação, que se expressa como tendência desde que a categoria profissional não se posicione frente a este quadro, não deve ser hoje alarmante. Como afirma Netto,

“quando se consideram as características estruturais da sociedade brasileira e sua modalidade de inserção no sistema capitalista contemporâneo, independentemente dos rumos políticos imediatos, verifica-se que *a demanda objetiva de uma profissão como o Serviço Social não tende a se contrair*” (Netto, 1996:115) (sublinhado nosso).

Segundo esse autor, diversos fatores<sup>18</sup> se congregam para “constituir um quadro societário que, objetivamente, garanta espaços aos assistentes sociais” (Ibidem).

- Este fenômeno, de idêntica maneira que em outras categorias de trabalhadores assalariados, tem como contrapartida o conhecido (e já mencionado) processo de *terceirização*. Efetivamente, este profissional (seja funcionário público ou assalariado do setor privado) começa a ser terceirizado. Desta maneira, podemos afirmar que o Serviço Social começa a viver um *processo de “liberalização” profissional* transformando progressivamente, para alguns casos, o assistente social – cuja característica básica na relação de trabalho é a de ser um trabalhador assalariado – em um profissional liberal.

Assim, os assistentes sociais são cada vez mais, contratados como “empresas unipessoais” por serviços prestados. Este fenômeno nos reafirma a concepção de que este profissional é, essencialmente, um trabalhador, dada a co-participação, conjuntamente com todos aqueles que vendem sua força de trabalho, nesta tendência à *terceirização*.

- Estes dois fenômenos anotados anteriormente (as tendências do aumento do desemprego profissional e a *terceirização*) confluem num determinado processo que podemos caracterizar como de *tendência à re-filantropização do Serviço Social*.

É que, em primeiro lugar, a privatização das políticas sociais leva a que estas sofram um processo de *multifragmentação*: não apenas a fragmentação ocasionada pela

---

18. A dinâmica das relações capitalistas, as implicações da brutal concentração da propriedade e da renda, os padrões de inclusão/exclusão social, os impactos de uma urbanização veloz e descontrolada, a ruptura acelerada das relações familiares tradicionais, o perfil demográfico do país, a necessidade de mecanismos de cobertura – proteção macro e microsociais. Ver Netto, 1996: 115.

setorialização das políticas sociais (de saúde, trabalhistas etc.) já típica desde a gênese destes instrumentos estatais (ver Netto, 1992. Cap. I), como também, a atual fragmentação originada a partir de sua implementação a nível privado, em geral, destinadas a pequenas parcelas da população e de forma descoordenada.

Em segundo lugar, com esta descoordenação das políticas sociais multifragmentadas e implementadas por instituições privadas, os assistentes sociais que ali atuam tendem, cada vez mais, a uma prática também descoordenada, intervindo em *micro-espacos* e sem sequer poder (ou querer) ter uma repercussão a nível nacional, nem sequer em esferas setoriais.

Finalmente, estas organizações tem duas alternativas básicas: ou vendem serviços à população assistida, se autofinanciando e reproduzindo a organização, ou então, prestam serviços gratuitos, obtendo financiamento do estrangeiro. No primeiro caso, se trata de uma entidade, se não comercial, muito próxima da *lógica empresarial* de compra-venda de mercadorias (serviços) e que só atenderá a quem possa pagar por ele. No segundo caso, se trata de uma moderna versão da agência de caridade, reproduzindo a quase totalidade das *características voluntaristas* das velhas práticas organizadas de filantropia e caridade desenvolvidas no seio da sociedade civil.

Aqui, a re-filantropização do Serviço Social aparece como corolário das privatizações destas políticas sociais, de seu retorno à orbita da sociedade civil, e das características voluntaristas que envolvem as organizações e os profissionais.

#### **4.O Serviço Social frente ao século XXI: perspectivas para a alteração (auto estabelecida) da base de sustentação funcional-ocupacional da profissão**<sup>19</sup>

Com isto não estamos sustentando que fosse possível a total auto-definição da base de sustentação funcional-ocupacional do Serviço Social. Afirmar tal coisa significaria estar assumindo, para o futuro imediato da profissão, a mesma postura que a desenvolvida na primeira tese sobre a gênese e legitimidade, entendendo que os únicos atores fundamentais para tanto seriam os próprios membros da profissão, o que redundaria numa análise endógena desta base de sustentação (como se pudesse estudar a profissão através de “seu próprio destino”).<sup>20</sup> Pelo contrário, nossa perspectiva, já a afirmamos, é exógena e histórica, os atores fundamentais para tal projeto profissional são as categorias e classes sociais. No entanto, sustentamos que é possível (e necessário) que a profissão como um todo debata e participe ativamente na definição de sua base de sustentação funcional-ocupacional, podendo-se converter em um destes atores<sup>21</sup>.

19. Um contundente estudo, com a preocupação de analisar as perspectivas do Serviço Social, está em Netto, 1996; ver também, Yamamoto, 1998.

20. Como Natálio Kisnerman, que pretende compreender a história do Serviço Social a partir da evolução do “seu próprio destino” (1980: 11).

21. Como afirma Netto, “as profissões não podem ser tomadas apenas como resultados dos processos macroscópicos – devem também ser tratadas cada qual como *corpus* teóricos e práticos que, condensando

- Efetivamente, o Serviço Social pode e deve converter-se em sujeito determinante de tal processo, através da definição de uma Regulamentação Profissional, de um Código de Ética, mediante a organização de eventos para o debate teórico-político, onde se discuta a significação política da prática profissional, onde se gere um desenvolvimento substantivo do conhecimento sobre a realidade e que redunde em situar a profissão em termos de igualdade acadêmica e *status* funcional com as demais disciplinas sociais, mediante a alteração dos currículos, adequando-os à realidade que vivemos e à necessidade de maior capacitação profissional, através de estratégias que permitam ao assistente social o aumento do seu poder específico a nível organizacional, podendo negociar melhor suas propostas e o colocando em melhores situações dentro da organização, mediante a participação em atividades de análises teórica, de definição da política organizacional, de planejamento social e de avaliação dos serviços prestados pela organização.

Enfim, *desenvolvendo o nível acadêmico (teórico-prático) e político* da profissão (coletivamente) e do profissional (individualmente) para realizar com maior competência sua tarefa, dando respostas mais sólidas às demandas postas pela sociedade.

- Por outro lado, o Serviço Social, e os assistentes sociais de cada organização (privada ou estatal) e de cada área, devem atribuir-se o papel de *sujeitos* neste processo – assumindo essa dupla coragem: cívica e intelectual das quais nos fala Netto (1996:119) -, acabando com a inércia funcional. Este profissional tem um papel transcendente na *denúncia* frente a opinião pública e aos organismos competentes, das transformações que sofrem as políticas sociais e os serviços prestados pelas organizações.

A denúncia de um profissional perito em certa área, conhecedor da realidade dos beneficiários e sabedor dos recursos com os quais conta o Estado, se converte numa arma fundamental para contribuir a frear o avanço desta caminhada neoliberal que vivem ainda hoje nos países latino-americanos. O assistente social deve estar ao atualizado sobre as privatização das políticas sociais, da diminuição dos recursos destinados a elas, da perda de qualidade dos serviços prestados, e este profissional não pode, conhecendo tal realidade, ser apático a este fenômeno, muito pelo contrário, deve participar na defesa férrea das políticas sociais (em quantidade, qualidade e variabilidade), dos recursos estatais destinados ao social, dos princípios democráticos, deve denunciar o mau uso de recursos, a corrupção etc.

Se a população é beneficiária de tais serviços, conseqüentemente ela tem o direito de conhecer, avaliar e determinar sobre o destino destas políticas sociais, o assistente social a ela vinculado tem o dever cívico e o compromisso ético-político de favorecer, mediante sua intervenção profissional, os mecanismos para tornar isso possível.

- Em terceiro lugar, um importante desafio para romper com o imobilismo operatório, com a realidade subalterna e subalternizante do Serviço Social, que frente a este contexto atual tende a se aprofundar, representa a incorporação das *novas demandas* surgidas de *problemáticas emergentes*, de forma tal que estes novos desafios convoquem

---

projetos sociais (donde emanam suas inelimináveis dimensões ídeo-políticas), articulam respostas (teleológicas) aos mesmos processos sociais” (Netto, 1996: 89).

originais alternativas de intervenção e de estudos rigorosos e críticos, desencadeando uma preocupação para que a profissão apreenda esses fenômenos, investigando, dialogando e debatendo com quem produz conhecimento original desde as diversas disciplinas sociais<sup>22</sup>.

Nestas novas realidades, cujas práticas profissionais estão ainda desprovidas de vícios tradicionais, recai a possibilidade mais forte de alterar substantivamente a função social e a imagem que o Serviço Social traz como herança desde sua emergência<sup>23</sup>.

Com esta preocupação, Guerra propõe “distinguir as intervenções profissionais dirigidas as *situações imediatas*, daquelas que se encontram abertas aos fenômenos emergentes” (Guerra, 1995:200)<sup>24</sup>.

É neste sentido, que o primeiro passo para quebrar com o conservadorismo no campo da intervenção profissional, assumindo a responsabilidade e o desafio de enfrentar as demandas novas ou emergentes, significa imbuir-se do conhecimento crítico sobre a dinâmica da realidade. Neste conhecimento do social, o diálogo com as teorias sociais em geral deve ser fluído e constante. E para manter uma relação horizontal com as demais disciplinas sociais, o Serviço Social como um todo deve produzir também conhecimento teórico científico sobre as relações e questões sociais, deve aportar elementos ao debate teórico e não apenas recebê-los de fora (como é costume se fazer fundamentalmente nas áreas temáticas tradicionais de intervenção profissional) e, ainda, deve pesquisar a realidade social.

---

22. Como manifestamos em outra oportunidade, entendemos que “1- O Serviço Social deve abrir-se novos espaços profissionais; 2- Ele deve detectar novas demandas, ou demandas potenciais, não tradicionais e conhecer (pesquisando) seu processo, sua gênese, etc. Somente assim poderá formular propostas profissionais racionais e operativas de intervenção; 3- Em muitos casos somente poderá investigar-se estas novas realidades; a qual não se deve desprezar por considerá-las ‘sem aplicabilidade’, ‘pura’ ou ‘inespecífica’ ao Serviço Social. Na verdade é incerto pensar que possa existir conhecimento sem aplicabilidade; sempre, ainda que seja a médio prazo, o conhecimento é útil. Quiçá o inútil é o conhecimento que se gera para ocupar espaços nos tantos arquivos não consultados da burocracia” (Montaño et alii, 1993: 99).

23. Como afirma Yamamoto, “é necessário apreender as *demandas potenciais* gestadas historicamente, contribuindo assim para *recriar o perfil profissional* do Assistente Social, indicando e antecipando perspectivas ao nível da elaboração teórica, da pesquisa ou da intervenção profissional, perspectivas capazes de responder às exigências de um projeto profissional coletivamente e historicamente situado” (1992: 104) (sublinhado nosso).

24. Para esta autora, “no primeiro caso, ao atuar no nível do imediato, a ação profissional pode limitar-se à manipulação de variáveis do contexto empírico, já que os resultados esperados não extrapolam a perspectiva de recuperar o índice de ‘normalidade’ necessário ao (re)estabelecimento da ‘ordem’ vigente. Neste nível (o do empírico) as análises não ultrapassam a aparência dos fenômenos (...). No segundo, para atender aos fenômenos emergentes, a intuição, a sensibilidade, a repetição das experiências, a utilização de modelos não bastam. O significado semântico da palavra aponta-nos que ‘*emergente*’ contempla a necessidade de (re)conhecer os processos que se insinuam, que se encontram latentes aos fenômenos, (...), para o que o assistente social tem que deter um conjunto de saberes que extrapola a realidade imediata e lhe proporcione apreender a dinâmica conjuntural e a correlação de forças manifesta ou oculta. Aqui, as ações profissionais tendem não apenas a dar resposta à necessidade imediata como também a vincular-se aos projetos sociais das classes que mediatiza” (Guerra, 1995: 200).

No entanto, a prática do assistente social, por ser sincrética<sup>25</sup>, por atuar nas esferas particulares da realidade, segmentadas em “questões sociais”, toma para si, como sendo um campo de intervenção próprio, algumas dessas problemáticas estilhaçadas, deixando para outras profissões a realidade “macro”. Assim, na lógica de “não invadir par não ser invadido” (ver Montañó, 1996), se produz não só uma ruptura entre áreas de conhecimento – como se a realidade fosse possível de pulverizar em “micro-realidades” parciais (ao estilo pós-moderno) -, como também, uma segmentação entre profissões científicas e técnicas.

O desafio não é simples, no entanto, já tem sido assumido por diversos profissionais, especialmente depois da segunda metade dos anos 80. Nesta empresa está em jogo o futuro da profissão. Porém, não recai na *investigação* o único fator determinante do desenvolvimento profissional. Este deve repercutir na *formação profissional* – ou seja, é preciso que professores e alunos incorporem o produto do conhecimento original e crítico da realidade na atividade docente – e na *reciclagem e atualização* dos profissionais de campo. Para incidir na definição da base de sustentação funcional-ocupacional do Serviço Social deve articular-se os centros de formação com a pesquisa criativa e rigorosa sobre os fenômenos emergentes; pouco contribui a pesquisa se ela não passar a formar parte do acervo real da profissão, atualizando os conhecimentos dos assistentes sociais e estudantes.

- Finalmente, um quarto elemento que, pensamos, permite ao assistente social participar na definição de sua base de sustentação funcional-ocupacional, de forma tal de romper com a lógica controladora da população e mantenedora do sistema, que vem de sua gênese e que se auto-reproduz no presente (ver sobre a auto-reprodução, Montañó, 1996: Cap. 2), refere à busca de *novos espaços laborais*, de inserção profissional.

Mais do que a possibilidade do Serviço Social auto-estabelecer sua base de sustentação, este aspecto é vital à permanência futura da profissão. Efetivamente, se o Estado, empregador fundamental deste profissional, tende a ser “minimizado”, se as políticas sociais, instrumentos centrais de intervenção do assistente social, são paulatinamente esvaziadas de recursos, e se o Estado benfeitor e as políticas sociais conformam uma estratégia de hegemonia (que legitima e atribui a tradicional base de sustentação funcional-ocupacional do Serviço Social) que cada vez mais é substituída pela estratégia hegemônica do “livre mercado”, então, como já foi anunciado, estes profissionais tendem a perder seu postos de trabalho dentro da órbita estatal. Resulta imprescindível, então, que o Serviço Social assuma também o desafio de discutir novas fontes de emprego, novos campos de intervenção (além dos tradicionais): ONGs, movimentos sociais, associações, empresas, organizações comunitárias etc.

Não obstante, não se pode pensar que a saída laboral do Serviço Social está em apostar nas ONGs, pois isto, como afirma Netto, significaria “desconhecer os graves riscos do *pluriemprego*” (Netto, 1996: 122).

---

25. Netto entende que “a problemática que demanda a intervenção operativa do assistente social *se apresenta*, em si mesma, como um conjunto sincrético; *sua fenomenalidade é o sincretismo* – deixando na sombra a estrutura profunda daquela que é a categoria ontológica central da própria realidade social, a *totalidade* (1992: 91).

Pareceria que a alternativa laboral para a profissão se apresenta da seguinte forma: ou, por um lado, o assistente social se mantém realizando tarefas instrumentais simples, subordinadas, o que redundaria na confirmação da tendência a exclusão deste profissional da órbita de um Estado que pretende minimizar-se e dotar-se de maior eficiência (o que obrigaria o assistente social a buscar postos de trabalho na órbita privada), ou, por outro lado, o Serviço Social participa ativamente na definição de sua base de sustentação funcional-ocupacional, desenvolvendo atividades mais complexas, as que demandam destrezas e qualificações mais sofisticadas. Neste último caso, o profissional de Serviço Social pode manter-se como um ator necessário para o desempenho de funções estatais: execução, mas também desenho de políticas sociais, investigações sobre a realidade que envolve os usuários daquela, a avaliação de projetos, vínculo organização-população etc.

É nesse sentido que Yamamoto se refere a definição de um projeto profissional que, condicionado pela realidade histórica, seja capaz de dar respostas às novas demandas, tanto a partir da lógica do mercado de trabalho, no contexto das organizações de caráter patronal, quanto “de reconhecer e conquistar novas e criativas alternativas de atuação, expressão das exigências históricas postas diante dos profissionais pelo desenvolvimento das sociedades nacionais” (Yamamoto, 1992: 104).

Desta maneira, a capacitação profissional, o desenvolvimento de uma investigação substantiva, o aumento do status e poder político do profissional nas organizações que permitam não só executar senão desenhar as políticas sociais, a incorporação de demandas emergentes e a discussão do mercado de trabalho definindo novos cenários laborais, todos estes (não poucos) desafios, são urgentes e emergenciais ao Serviço Social. No adequado tratamento deles, acreditamos, está a possibilidade de ter uma substantiva participação real na definição de sua base de sustentação funcional-ocupacional.

### **BIBLIOGRAFIA**

- ALFORD, Robert e FRIEDLAND, Roger.** *Los poderes de la Teoría. Capitalismo, Estado y Democracia.* Ed. Manantial; Buenos Aires, 1991.
- ANTUNES, Ricardo.** *Adeus ao trabalho?. Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.* Cortez Ed.; São Paulo, 1995.
- \_\_\_\_\_. “Dimensões da crise e as metamorfoses do mundo do trabalho”, in Revista Serviço Social & Sociedade N° 50; São Paulo, 1996.
- BOBBIO, Norberto.** *Liberalismo e Democracia.* Ed. Brasiliense; São Paulo, 1993.
- COUTINHO, Carlos Nelson.** *Dualidade de poderes. Estado, revolução e democracia na teoria marxista.* Ed. Brasiliense; São Paulo, 1987.
- FOUCAULT, Michael.** *Microfísica do Poder.* Graal; Rio de Janeiro, 1979.
- GUERRA, Yolanda.** *A Instrumentalidade do Serviço Social.* Cortez Ed.; São Paulo, 1995.

- IAMAMOTO, Marilda Villela e DE CARVALHO, Raul.** *Relações sociais e serviço social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica.* Ed. Cortez; São Paulo, 1991.
- IAMAMOTO, Marilda Villela.** *Renovação e conservadorismo no serviço social. Ensaio crítico.* Ed. Cortez; São Paulo, 1992.
- \_\_\_\_\_. *O Serviço Social na contemporaneidade. Trabalho e formação profissional.* São Paulo, Cortez, 1998.
- KISNERMAN, Natálio.** *7 estudos sobre serviço social.* Ed. Cortez & Moraes; São Paulo, 1980.
- LAURELL, Ana Cristina (org.).** *Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo.* Cortez Ed. – CEDEC; São Paulo, 1995.
- LUKÁCS, Georg.** *El asalto a la razón: la trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler.* Grijalbo; Barcelona, 1968.
- MARSHALL, T. H.** *Cidadania, Classe Social e Status.* Zahar Ed.; Rio de Janeiro, 1967.
- MONTAÑO, Carlos Eduardo et alii.** “*La investigación sobre la pesca del camarón: aproximación a una nueva demanda y un nuevo campo de intervención para el Trabajo Social*”; in Demandas y oportunidades para el Trabajo Social. Nuevos escenarios y estrategias. EPPAL; Montevideu, 1993.
- MONTAÑO, Carlos Eduardo.** *O papel sócio-econômico das pequenas e micro-empresas. Uma alternativa de desenvolvimento ou uma estratégia de sobrevivência.* Dissertação de Mestrado, UFRJ-Mimeo; Rio de Janeiro, 1995.
- \_\_\_\_\_. *A Natureza do Serviço Social.* Cortez, São Paulo, 2007.
- NETTO, José Paulo.** *Capitalismo monopolista e serviço social.* Ed. Cortez; São Paulo, 1992.
- \_\_\_\_\_. (org.). *Lukács.* Ed. Ática – Col. Grandes Cientistas Sociais Nº 20 – Sociologia; São Paulo, 1992b.
- \_\_\_\_\_. “*Transformações societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil*”, in Revista Serviço Social & Sociedade Nº 50; São Paulo, 1996.
- PALMA, Diego.** *La práctica política de los profesionales. El caso del trabajo social.* CELATS; Lima, 1985.
- PASTORINI, Alejandra.** “*O Teatro das Políticas Sociais. Autores, atores e espectadores no cenário neoliberal*”. Dissertação de Mestrado; UFRJ-Mimeo. Rio de Janeiro, 1995.
- SERRA, Rose Mary Sousa.** “*A crise da materialidade do Serviço Social*”, in Revista Serviço Social & Sociedade Nº 41. Cortez; São Paulo, 1987.
- VV. AA.** Pós-neoliberalismo. As Políticas Sociais e o Estado Democrático. Ed. Paz e Terra; Rio de Janeiro, 1995.
- WACQUANT, Loic.** “*A ascensão do Estado penal nos EUA*”; in Wacquant, L. *Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade.* Rio de Janeiro, Revan, 2002.

